



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2023.14.02.0002

PROCESSO DE DISPENSA: 013/2023

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

ÓRGÃO SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN.

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO. LEI FEDERAL Nº 8.666/93. PROCEDIMENTO DE DISPENSA. ART. 24, INCISO II, LEI Nº 8.666/93. RESPALDO FÁTICO E LEGAL. OPÇÃO PELO DEFERIMENTO.

I - RELATÓRIO

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN determinou o encaminhamento do procedimento de dispensa de licitação sob o nº 013/2023, cujo versa sobre a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, para que fosse realizada uma apreciação de cunho jurídico.

Constam dos presentes autos a requisição contendo as especificações do objeto da presente dispensa à licitação, descrição dos serviços, vigência da contratação e estimativa de preços, bem como a informação referente a dotação orçamentária.

Requisita-se, pois, posicionamento analítico baseado em argumentos fáticos e jurídicos que digam respeito à contratação direta por meio de dispensa de licitação, prevista no art. 24 da Lei 8.666/93 e art. 75 da Lei 14.133/21.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO



No ordenamento jurídico brasileiro, já está sedimentada a regra que impõe a obrigatoriedade de licitação pública, indispensável para garantir a supremacia do interesse público, a moralidade administrativa e o cumprimento do princípio da igualdade.

Neste caminho é inteligente trazer à baila o que diz o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei nº 8.666/93, ao regulamentar o dispositivo constitucional citado, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, impondo o procedimento licitatório, consubstanciado nos princípios constitucionais que norteiam os atos a serem praticados pela Administração, como exigência formal a ser observada na contratação pelo Poder Público.

Em outros termos, é regra do Direito Positivo a obrigatoriedade de licitação, ou seja, mostra-se indeclinável o prévio procedimento administrativo para se escolher qual a melhor proposta entre aquelas apresentadas pelos particulares que objetivam contratar com a Administração Pública, admitidas, porém, exceções, previstas em lei em caráter *numerus clausus*, nas quais, o gestor público pode realizar a contratação direta, sem recorrer à licitação regular. Nos casos de exceção, enquadram-se a inexigibilidade e as dispensas.

Nos casos de dispensa de licitação, os pressupostos de competição estão presentes e, teoricamente, seria cabível submeter a contratação a um procedimento prévio de seleção. Porém, a lei eliminou a obrigatoriedade da licitação, por reputar inconveniente sua efetivação. Avaliando os benefícios e os prejuízos que poderiam concretizar-se em virtude do desenvolvimento do procedimento licitatório, o legislador permitiu a contratação direta.



O caso em análise, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I – Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (Grifos nossos).

A contratação de pequeno valor como hipótese para dispensar a licitação, prevista no artigo 24, incisos I e II da Lei nº. 8666/93 é aquela em que o objeto do contrato não supera 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea ‘a’ do inciso I do artigo 23 para obras e serviços de engenharia ou para serviços, compras e alienações, do inciso II do artigo já mencionando acima.

A justificativa da faculdade da dispensa de licitação para este caso, reside no fato de ser a simplicidade do objeto e de seu pequeno valor. Ressalta-se que o administrador público deve observar, sempre, os limites estabelecidos pelo inciso para suas aquisições e contratações de serviços, para que não infrinja o Estatuto Licitatório e utilize a dispensa em lugar de uma das modalidades de licitação.

O critério objetivo estabelecido pela lei afasta a discricionariedade da Administração. Repita-se, ela só poderá ser discricionária na conveniência de realizar ou não a licitação, mas se o valor ultrapassar os limites previstos, deverá a administração realizar licitação sob pena de ilegalidade. Desse modo, o caso de dispensa de licitação em razão do pequeno valor está amparado nas cotações que alicerçam esse processo, utilizando cotações de mercado para fixar a base de preço, isto é, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



Como se pode verificar, no caso em tela, foi realizada uma pesquisa de preço de mercado para que fosse fixado um valor como referência, depois da análise dentre as opções ofertadas pelas empresas, selecionando pela proposta mais vantajosa, qual seja, a da empresa A. DE P. MEDEIROS E SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.551.568/0001-29, perfazendo um valor global de R\$ 6.411,62 (Seis Mil, Quatrocentos e Onze Reais e Sessenta e Dois Centavos), para o fornecimento de gêneros alimentícios, os quais, foram amplamente listados, para a manutenção e trabalho na Câmara Municipal.

É salientar e oportuno expor a importância da contratação diante da localização da empresa em questão, pois que a mesma tem sede no Município de Doutor Severiano/RN, vislumbrando assim, a viabilidade do fornecimento. Além disso, é salutar a necessidade de aquisição de tais gêneros alimentícios para a manutenção da Câmara Municipal.

Nesse sentido, promover a dispensa e realizar a contratação direta é uma opção disponível para a Câmara Municipal, tendo em vista a dotação orçamentária exposta nos autos. Corroborar com nosso pensamento, o disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único, que segue:

Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III – justificativa do preço;
- IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Grifos nossos).

Por fim, faz-se necessário expor a nova Lei 14.133/2021, especificamente em seu art. 75, inciso II, que traz o rol de hipóteses que poderá a licitação ser dispensada e se encaixa no caso em debate:

Art. 75. É dispensável a licitação:

- I - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO
CNPJ: 24.517.351/0001-32

Folha

Nº 61
[Handwritten signature]

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. (Grifos nossos).

III – CONCLUSÃO

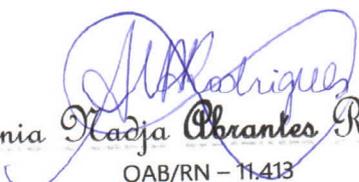
Ad hunc modum, obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e a 14.131/2021, é imperioso opinar que a Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN poderá realizar a contratação da empresa A. DE P. MEDEIROS E SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.551.568/0001-29, perfazendo um valor global de R\$ 6.411,62 (Seis Mil, Quatrocentos e Onze Reais e Sessenta e Dois Centavos), para o fornecimento de gêneros alimentícios para a entidade, dispensando, pois, a licitação formal, com fulcro no art. 24, II, da 8.666/93, estando o contrato em total conformidade nos aspectos de justificativa, preço, obrigações, controle e fiscalização, razão pela qual se encontra aprovado por esta Assessoria Jurídica.

É O PARECER.

Sugiro a Vossa Excelência a remessa deste parecer à Comissão de Licitação para a continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

Doutor Severiano/RN,

22 de março de 2023.


Antonia Nadja Abrantes Rodrigues
OAB/RN – 11.413
Assessoria Jurídica